



AZ@BXL

Número: 240 Data: 2022.09.16

No título: [Caldeirão PRC02COR](#), trilho pedestre na Ilha do Corvo

Nota: Este trilho circular está inserido na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa e Caldeirão do Corvo e desenvolve-se numa área classificada como Zona Especial de Conservação e Zona de Proteção Especial, no âmbito da Rede Natura 2000.

O interior da caldeira é dominado por um sistema de zonas húmidas e por duas lagoas, alimentadas pela água das chuvas e pela água acumulada nos espessos tufo de musgão (turfeiras) existentes nas vertentes viradas a norte. É de salientar que as maiores e mais antigas turfeiras do país estão presentes nas ilhas do Corvo e Flores. Ao longo do ano, o nível da lagoa oscila, podendo subir para a zona do percurso, por isso opte pelo caminho mais seguro afastado das margens.

Graças à sua importância hídrica, o Caldeirão do Corvo foi classificado, em 2008, como um Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção Ramsar da UNESCO. As características deste complexo de zonas húmidas favorecem a presença de avifauna aquática, oferecendo condições para refúgio, alimentação e nidificação das aves, e constituem uma importante zona de ocorrência e permanência sazonal de muitas espécies de aves migradoras regulares e ocasionais.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Discurso de 2022 sobre o estado da União proferido pela presidente Ursula von der Leyen](#)

[Preços da energia: Comissão propõe intervenção de emergência nos mercados de energia para reduzir faturas](#)

[Convite à apresentação de propostas lançado no âmbito do programa "Connecting Europe Facility for Transport"](#)

[Açores selecionados pela Comissão Europeia no âmbito da estratégia europeia para o turismo](#)

[Parlamento Europeu defende maior uso de renováveis e poupança de energia](#)

[Eurodeputados apelam a mais dinheiro para a coesão](#)

[Fim da pesca de fundo em ecossistemas de profundidade protegidos nas águas da UE](#)



Até 19 de setembro



Saúde global - nova estratégia da União Europeia

Houve mudanças significativas na saúde global e na geopolítica desde a Comunicação da Comissão de 2010 sobre o papel da UE na saúde global. Esta iniciativa irá desenvolver uma nova estratégia de saúde global para responder a estas mudanças e reforçar a liderança da UE nesta área. Os contributos das partes interessadas poderão ser carregados [aqui](#).

19 e 20 de setembro



PCI Energy Days

O *PCI Energy Days* é uma conferência política e uma exposição dedicada à implementação prática de Projetos de Interesse Comum (PIC). Após dois anos de interregno, a 3.ª edição do evento irá decorrer nos dias 19 e 20 de setembro em Bruxelas.

A 3ª edição proporcionará aos promotores de projetos a oportunidade de apresentarem os seus trabalhos e partilharem a sua experiência sobre como acelerar o desenvolvimento e construção de PICs, projetos que são chave para a concretização dos objetivos energéticos e climáticos da União. Mais informações sobre a agenda, a montagem da exposição ("PCI Garden") e o link de inscrição poderão ser encontradas [aqui](#).

19 a 21 de setembro



Visita da COMAGRI a Portugal

Uma delegação da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu (COMAGRI), liderada por Norbert Lins (EPP, DE), [visitará](#) Portugal nos dias 19 a 21 de setembro. Durante a missão, os eurodeputados da agricultura reunir-se-ão com Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura de Portugal, bem como com produtores de vinho, fruta, legumes e laticínios para discutir a organização dos mercados destes produtos agrícolas, produção biológica, desenvolvimento rural ou a pequena agricultura no país.

Juntar-se-ão ao presidente da COMAGRI outros 8 eurodeputados, a saber: Herbert Dorfmann (PPE, IT), Asim Ademov (PPE, BG), Marc Tarabella (S&D, BE), Jørgen Christensen (Renew, DK), Ivan David (ID, CZ), Mazaly Aguilar (ECR, ES), Álvaro Amaro (PPE, PT) e Isabel Carvalhais (S&D, PT).

20 de setembro



Reunião do Conselho Assuntos Gerais

O Conselho [começará](#) a preparar a reunião do Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro debatendo um projeto de ordem do dia anotada. Os ministros realizarão um debate horizontal no âmbito do diálogo anual sobre o [Estado de direito](#) e abordarão os quatro domínios abrangidos pelo relatório da Comissão sobre o Estado de direito: sistemas judiciais; quadro de luta contra a corrupção; pluralismo dos média; e outras questões institucionais relacionadas com o equilíbrio de poderes.

O Conselho procederá a uma troca de pontos de vista acerca do seguimento da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#). Na sequência do discurso da presidente Ursula von der Leyen sobre o [estado da União](#), os ministros trocarão pontos de vista sobre a programação legislativa, centrando-se na "carta de intenções" da Comissão e no relatório de prospetiva anual. O debate terá lugar em sessão pública.

20 e 21 de setembro



Conferência Anual sobre Investigação 2022 - Como tornar o verde o caminho europeu?

A [conferência](#) é organizada pelo Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (CCI) e pela Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN). O programa da Conferência, agora no seu 19º ano, poderá ser consultado no [sítio do evento](#). As inscrições em linha ainda estão abertas.

21 de setembro



Conferência "Cinco anos do CETA: comércio sustentável e constante em tempos incertos"

O dia 21 de setembro de 2022 assinala o quinto aniversário da aplicação provisória do Acordo comercial entre a União Europeia e o Canadá (CETA). Assim, a Delegação da União Europeia no Canadá e a Direção-Geral do Comércio da Comissão Europeia, em colaboração com o Serviço de Instrumentos de Política Externa da Comissão Europeia, estão a organizar um evento híbrido designado de "Cinco anos de CETA: comércio sustentável e constante em tempos incertos".

O evento poderá ser seguido online ou presencialmente no Hotel Marriott (Grand Place) em Bruxelas. As inscrições para o evento poderão ser efetuadas [aqui](#).

22 de setembro



Conferência "Economia azul e aquicultura sustentáveis nas regiões da União Europeia"

A [conferência](#) é uma organização conjunta da Direção Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia e do Comité das Regiões. O programa da Conferência, poderá ser consultado no [sítio do evento](#).

Até 23 de setembro



Pescas — Comunicação sobre o funcionamento da política comum das pescas

Encontra-se aberto um [período de carregamento de contributos](#) no âmbito da comunicação da Comissão Europeia sobre o funcionamento da política comum das pescas. Esta comunicação visa analisar todos os aspetos da política comum das pescas e identificar formas de melhorar os seus objetivos estratégicos no âmbito do atual quadro jurídico. Em especial, visa destacar a estreita interação entre os instrumentos de gestão das pescas da política comum das pescas e os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.



Conferência dedicada à proteção do Consumidor

Abordando aspetos relacionados com finanças sustentáveis, finanças abertas e inclusão financeira, esta [conferência](#) aborda o que precisa de ser feito para ajudar os consumidores. Os consumidores são confrontados com múltiplos desafios. A digitalização e a sustentabilidade continuam a ser questões que estão a mudar a forma como as pessoas abordam os serviços financeiros: ou a forma como fazem negócios ou as escolhas e preferências que fazem. Ademais, há um novo desafio - o aumento dos custos de vida tem impacto nas escolhas que os consumidores têm de fazer. O evento decorrerá em Frankfurt am Main, Alemanha, podendo ser seguido em linha.

O evento é organizado conjuntamente pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e Mercados (ESMA). [Registo e programa](#).

26 de setembro



Apresentação das conclusões da EFSA sobre as investigações relativas ao bem-estar dos animais durante o transporte

A EFSA (Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar da Comissão Europeia) [irá apresentar](#) no dia 26 de setembro as conclusões das investigações que tem realizado ao bem-estar dos animais durante o transporte.

A EFSA refere que a «segurança da cadeia alimentar está também ligada ao bem-estar dos animais, particularmente os criados para a produção alimentar, devido aos laços estreitos entre o bem-estar animal, a saúde animal e as doenças de origem alimentar. O trabalho da EFSA sobre bem-estar animal centra-se em ajudar os gestores de risco a identificar métodos para reduzir a dor, angústia e sofrimento desnecessários dos animais e para aumentar o bem-estar dos animais sempre que possível. Este trabalho será útil para a revisão da legislação da UE sobre bem-estar animal, que se espera estar concluída no final de 2023.».

Os resultados dos pareceres científicos da EFSA sobre o transporte de animais serão publicados no início de setembro de 2022. A evento é público e está aberto a qualquer pessoa. O programa poderá ser [consultado](#) aqui. O registo para o evento será possível [aqui](#) (até ao dia 19 de setembro).

26 a 30 de setembro



Semana Europeia da Energia Sustentável

A [edição de 2022 da Semana Europeia da Energia Sustentável](#) terá lugar num formato híbrido: tanto os participantes como os oradores poderão participar remotamente ou presencialmente, em Bruxelas (se a situação sanitária o permitir). Sob o tema "Going green and digital for Europe's energy transition", o evento incluirá: uma conferência política de alto nível; atribuição de prémios; celebração do terceiro dia europeu da energia jovem; bem como oportunidades para reuniões bilaterais, stands de exposição e outras atividades de *networking*.

26 de setembro a 2 de outubro



Virtual Island Summit

A [Cimeira das Ilhas Virtuais](#) é um [evento online](#) global dedicado aos assuntos insulares e à partilha de experiências comuns. A Cimeira das Ilhas Virtuais de 2022 oferece, por exemplo, acesso a especialistas em sustentabilidade, sessões interativas, colaboração intersetorial, ou perceções e discussões sobre os [ODS](#). A Cimeira das Ilhas Virtuais do ano passado teve mais de 11 mil participantes de mais de 500 ilhas.

27 a 29 de setembro



Jornadas do Emprego 2022

O [evento](#) tem por objetivo apresentar aos participantes o mundo de oportunidades à sua espera nos serviços de apoio político e jurídico do Conselho. Podem participar todas as pessoas que já estejam a trabalhar nas instituições e agências da UE ou que estejam à procura de emprego.

Para se juntar às Jornadas do Emprego é necessário fazer uma pré-inscrição. O [primeiro dia](#), 27 de setembro, destina-se às pessoas que não trabalham num organismo ou numa instituição da União, ao passo que o [segundo dia](#), 29 de setembro, está direcionado para os funcionários da UE.

28 e 29 de setembro



Jornadas Europeias de Investigação e Inovação

As Jornadas Europeias de Investigação e Inovação constituem-se como o evento anual da Comissão Europeia dedicado à Investigação e Inovação, reunindo decisores políticos, investigadores, empresários e o público para debater e moldar o futuro da investigação e inovação na Europa e nos países terceiros. O evento terá lugar em linha nos dias 28 e 29 de setembro de 2022,

permitindo que todos se envolvam a partir de qualquer lugar. Poderá consultar aqui o [programa](#). As inscrições poderão ser feitas na [seguinte ligação](#).

7 de outubro



Instrumentos financeiros do FEDER - Aptos para 2021-2027

A Comissão Europeia - Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) irão organizar a conferência "Instrumentos financeiros do FEDER - Aptos para 2021-2027", que terá lugar na sexta-feira, 7 de outubro de 2022, das 9h00 às 16h00, em Bruxelas e em linha. Todas as informações relativas ao evento poderão ser consultadas [aqui](#).

10 de outubro



Conferência Anual do Orçamento da UE 2022 - Reforçar a autonomia estratégica da UE - um orçamento para uma Europa geopolítica

A invasão russa não provocada e injustificada da Ucrânia abalou a arquitetura de segurança europeia e levou a uma reavaliação urgente do papel geopolítico da Europa. Revelou também fraquezas resultantes da dependência energética da UE. A abordagem destes desafios requer uma resposta financeira robusta e uma visão de futuro a nível global e europeu. A [Conferência Anual do Orçamento da UE](#) deste ano centra-se no papel do orçamento da UE no apoio ao papel geopolítico da Europa e na construção da sua autonomia estratégica.

Oradores de alto nível - decisores políticos europeus e mundiais, investigadores, representantes de grupos de reflexão, sociedade em geral e líderes empresariais - debaterão uma vasta gama de questões atuais numa discussão animada, aberta e inclusiva, para a qual o público mais vasto será convidado a contribuir. A conferência decorrerá em Bruxelas, mas poderá ser acompanhada remotamente.

10 a 13 de outubro



Semana Europeia das Regiões e das Cidades 2022 – Aberto período de inscrições

A 20ª edição da *EURegionsWeek* irá [decorrer](#) de 10 a 13 de outubro. O programa híbrido deste ano inclui uma exposição virtual e sessões em linha e no local dedicadas aos seguintes temas: Transição verde; Coesão Territorial; Transição digital; Empoderamento da juventude.

Mais de mil oradores de toda a UE durante 386 horas de conferências interativas espalhadas por 4 dias, e mais de 80 videoclips mostrarão histórias e testemunhos sobre projetos concretos. O registo para uma sessão no local dá acesso à sessão remota, mas os lugares físicos são assegurados por ordem de chegada. A extensão da presença física será sujeita à avaliação das medidas sanitárias da COVID.

As **Regiões Ultraperiféricas, junto com a Comissão Europeia**, encontram-se a organizar o **Workshop intitulado "Capacitação dos jovens nas Regiões Ultraperiféricas"**, que terá lugar **terça-feira, 11 de outubro de 2022, entre as 14:30 e as 16:00**. Pode proceder [aqui](#) à sua inscrição para acompanhar o Workshop "Youth empowerment in the EU's Outermost regions" Atelier ONLINE - 11WS22262".

Até 20 de outubro



Concurso da UE para jovens tradutores

As escolas secundárias de todos os países da UE podem agora inscrever-se no [Juvenes Translatores](#), o concurso anual de tradução organizado pela Comissão Europeia. A partir de 2 de setembro às 12h00 (hora da Europa Central), as escolas podem [inscrever-se em linha](#) para que os seus alunos possam competir com colegas de toda a UE. Este ano, os concorrentes traduzirão textos sobre o tema «Juventude europeia».

Os participantes podem escolher qualquer par de línguas entre as 24 línguas oficiais da UE (552 combinações linguísticas possíveis).

A participação no concurso é um processo em duas fases. Na primeira fase, as escolas devem inscrever-se até às 12h00 (hora da Europa Central) de 20 de outubro de 2022. Os professores podem preencher o formulário de inscrição em qualquer uma das 24 línguas oficiais da UE.

Até 24 de outubro



Saúde dos solos – proteção, gestão sustentável e recuperação dos solos da UE

Está aberto até ao dia 24 de outubro um [período de consulta pública dedicado à "Saúde dos solos – proteção, gestão sustentável e recuperação dos solos da UE"](#). A Comissão Europeia refere que «os solos são essenciais para a alimentação, a natureza e a economia, pelo que merecem o mesmo nível de proteção que a água, o ar ou o meio marinho. A proposta de ato legislativo sobre a saúde dos solos, anunciada na Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030, visa: definir as condições adequadas à saúde dos solos; determinar opções para a monitorização dos solos; estabelecer regras conducentes à utilização sustentável e à recuperação dos solos».

A Comissão Europeia prevê publicar uma nova proposta de diretiva relativa aos solos no segundo trimestre de 2023. Esta nova proposta terá em consideração os contributos recebidos.

Até 25 de outubro



Começa a 11 de outubro fase de candidaturas para 35 mil passes ferroviários gratuitos para os jovens descobrirem a Europa

A próxima fase de candidaturas para o [DiscoverEU](#) terá início na terça-feira, 11 de outubro, às 11h00 (hora de Portugal Continental), e terminará na terça-feira, 25 de outubro, à mesma hora. Pela segunda vez este ano, 35 mil jovens receberão um passe ferroviário para explorar a Europa e a sua rica cultura. As candidaturas estão abertas a jovens dos países do programa [Erasmus+](#), onde também se incluem a Islândia, o Listenstaine, a Macedónia do Norte, a Noruega, a Sérvia e a Turquia.

Para concorrer a um passe de viagem, os jovens podem candidatar-se no [Portal Europeu da Juventude](#), onde terão de responder a cinco perguntas e a uma pergunta suplementar. Os candidatos que tenham dado as respostas corretas no questionário de seleção e que tenham nascido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2004 poderão viajar na Europa por um período máximo de 30 dias entre 1 de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024. Os que completarem 18 anos no primeiro semestre do próximo ano poderão candidatar-se na ronda de março de 2023.

Com esta segunda ronda deste ano, graças ao aumento do orçamento no âmbito do Ano Europeu da Juventude, serão disponibilizados, no total, 70 mil passes de viagem em 2022. Além disso, os beneficiários continuarão a beneficiar de um [cartão de desconto](#) com mais de 40 mil possibilidades de desconto em transportes públicos, atividades culturais, alojamento, alimentação, desporto e outros serviços disponíveis nos países elegíveis. Poderão também aderir aos [encontros DiscoverEU](#), uma iniciativa lançada no verão de 2022, que consiste num programa cultural estimulante de um a três dias nos países do programa Erasmus+.



Agricultura e Alimentação

Adoção do regulamento de execução que estabelece o quadro comum de acompanhamento e avaliação dos PEPAC

A Comissão Europeia adotou o [Regulamento de Execução 2022/1475 de 6 de setembro de 2022](#) que estabelece as regras de execução do Regulamento (UE) 2021/2115 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à avaliação dos planos estratégicos da PAC e à prestação de informações para efeitos de acompanhamento e de avaliação. Este regulamento estabelece o quadro comum para o acompanhamento e avaliação das realizações do PEPAC. O regulamento estabelece

igualmente regras claras sobre as informações pormenorizadas que os Estados-Membros deverão recolher para poderem desenvolver os instrumentos informáticos e os sistemas de recolha adequados antes do início da nova PAC, em 1 de janeiro de 2023.

Segundo o [comunicado](#) da Comissão Europeia, este regulamento de execução marca um passo importante em consonância com a reorientação global da PAC, passando de uma ênfase no cumprimento para uma ênfase nos resultados e no desempenho. É necessário um quadro comum e um conjunto abrangente de dados para realizar o acompanhamento e avaliação da PAC e contribui para tornar a PAC mais eficaz e eficiente, bem como para responder mais às necessidades sociais e ambientais. O novo quadro de avaliação estabelecido no regulamento assenta na experiência existente e proporciona um entendimento comum de conceitos e elementos-chave para a monitorização e avaliação da implementação dos Planos Estratégicos da PAC. Ao avaliar os seus Planos Estratégicos da PAC, espera-se que os Estados-Membros avaliem os seus fatores de sucesso. Os fatores de sucesso, enumerados no [anexo](#) ao Regulamento, destinam-se a avaliar a realização dos objetivos da PAC, por exemplo, a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa na agricultura, a estabilidade ou aumento do rendimento agrícola, a melhoria do equilíbrio de nutrientes nas terras agrícolas, ou o crescimento das empresas rurais.

Os benefícios dos Planos Estratégicos da PAC também têm de ser alcançados a um custo e fator de simplificação razoáveis, tanto para os beneficiários como para a administração. Por conseguinte, o novo regulamento também presta atenção à eficiência, com especial ênfase nos custos administrativos e na utilização de ferramentas digitais e satélites.

Política Agrícola Comum 2023-2027: Comissão aprova planos estratégicos da PAC para a Áustria e Luxemburgo

A Comissão Europeia [aprovou](#) os planos estratégicos da Política Agrícola Comum (PAC) para a Áustria e o Luxemburgo. Este é o segundo pacote de aprovações dos planos estratégicos da PAC após a aprovação, a 31 de agosto, dos planos para a Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Polónia, Portugal e Espanha. A nova Política Agrícola Comum, que deverá entrar em vigor a 1 de janeiro de 2023, foi concebida para moldar a transição para um setor agrícola europeu sustentável, resiliente e moderno.

No âmbito da política reformada, os fundos serão distribuídos de forma mais equitativa às pequenas e médias explorações familiares, bem como aos jovens agricultores. Além disso, os agricultores serão encorajados a adotar novas inovações, desde a agricultura de precisão até aos métodos de produção agro-ecológicos. Ao apoiar ações concretas nestas e noutras áreas, a nova PAC pode ser a pedra angular da segurança alimentar e das comunidades agrícolas na União Europeia. A PAC receberá 270 mil milhões de euros de financiamento para o período 2023-2027.

Os dois planos aprovados essa semana representam um orçamento de mais de 6,2 mil milhões de euros, dos quais 2,1 mil milhões de euros são dedicados a objetivos ambientais e climáticos e a regimes ecológicos. Os regimes ecológicos da Áustria concentram-se, por exemplo, na proteção do solo e da água e na melhoria do bem-estar animal, enquanto o Luxemburgo apoiará áreas e faixas não produtivas e concederá subsídios aos agricultores que limitam a sua utilização de pesticidas. Ambos os países irão também apoiar fortemente as práticas da agricultura biológica. O financiamento da PAC no Luxemburgo ajudará a aumentar a área sob agricultura biológica para 20% até 2025. A Áustria já tem uma das quotas mais elevadas da produção biológica na UE. Com o apoio da PAC, esta quota será ainda aumentada para 30% das terras agrícolas.

Economia circular: novas regras da UE para permitir a utilização de plásticos reciclados em embalagens de alimentos

A Comissão Europeia adotou [novas regras sobre a segurança dos materiais e artigos de plástico reciclado](#) destinados a entrar em contacto com os alimentos. Este regulamento irá estabelecer regras claras para garantir que o plástico reciclado possa ser utilizado com segurança nas embalagens de alimentos na UE. Contribuirá para aumentar a sustentabilidade global do sistema alimentar e alcançar os objetivos do Plano de Ação da Economia Circular. O Regulamento ajudará a indústria de reciclagem a estabelecer formas adequadas de reciclagem de plásticos que presentemente não podem ser reciclados em embalagens de alimentos.

Além disso, a Autoridade Europeia de Segurança dos Alimentos (EFSA) terá uma base mais clara para avaliar a adequação das tecnologias de reciclagem e a segurança do plástico reciclado em embalagens de alimentos fabricadas com processos que utilizam estas tecnologias. O Regulamento permitirá conceder autorizações individuais para mais de 200 processos mecânicos de reciclagem de PET (politereftalato de polietileno), o que ajudará a indústria a cumprir [a meta vinculativa de 25% de plástico reciclado em garrafas de PET para bebidas 2025](#). Além disso, o novo Regulamento estabelecerá um registo público de processos de reciclagem, recicladores e instalações de reciclagem no seu âmbito, proporcionando um maior nível de transparência.

Ministros da agricultura da UE em Praga: UE deve reforçar a segurança alimentar, melhorar a sustentabilidade da agricultura e promover a utilização de técnicas modernas na agricultura

A segurança alimentar e o papel da agricultura europeia na produção alimentar global [foram](#) os principais tópicos da reunião informal dos ministros da Agricultura da UE em Praga. Os ministros concordaram que a UE deve agora agir de forma coordenada para maximizar os aumentos sustentáveis na produção agrícola e acelerar a utilização de técnicas modernas na agricultura. A reunião foi presidida pelo ministro Checo da Agricultura Zdeněk Nekula e contou com a presença do Comissário da Agricultura Janusz Wojciechowski, representantes de ONGs, do Parlamento Europeu, académicos e dos ministros da Agricultura da Ucrânia, Geórgia e Moldávia.

A invasão russa da Ucrânia, os efeitos persistentes da pandemia e a intensificação das alterações climáticas estão a ter um impacto importante na segurança alimentar global e nos preços mundiais dos alimentos. Os ministros da Agricultura discutiram principalmente como assegurar uma produção e distribuição suficiente de alimentos aos países mais vulneráveis, garantindo ao mesmo tempo a sustentabilidade. Uma das principais soluções é utilizar a inovação, investigação e tecnologias modernas, incluindo a agricultura de precisão, para reduzir ainda mais o consumo de pesticidas e fertilizantes, mantendo ao mesmo tempo a produtividade necessária.

"Embora haja alimentos suficientes na União Europeia, a pandemia e a invasão russa da Ucrânia aprofundaram a crise alimentar no mundo. Temos um grande desafio na União para aumentar de forma sustentável a produção agrícola, reduzir o desperdício alimentar e assegurar que as pessoas em todo o mundo tenham acesso a alimentos de qualidade". Talvez seja altura de repensar algumas abordagens tradicionais da produção alimentar em favor de novas técnicas modernas", disse o ministro da Agricultura Zdeněk Nekula.



Ambiente

Auxílios estatais: Comissão aprova regime romeno de 1,5 mil milhões de euros para compensar as empresas com utilização intensiva de energia pelos custos indiretos das emissões

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras de auxílio estatal da UE, um regime romeno para compensar parcialmente as empresas com utilização intensiva de energia por preços de eletricidade mais elevados resultantes dos custos de emissão indiretos no âmbito do Sistema de Comércio de Emissões da UE ("ETS").

A compensação será concedida às empresas elegíveis através de um reembolso parcial dos custos de emissão indireta incorridos no ano anterior, devendo o pagamento final ser efetuado em 2031. O montante máximo da ajuda será igual a 75 % dos custos indiretos de emissão incorridos. O montante da ajuda é calculado com base em padrões de referência de eficiência do consumo de eletricidade, que asseguram que os beneficiários são encorajados a poupar energia.

Para serem elegíveis para compensação, os beneficiários têm de (i) aplicar determinadas recomendações de auditoria energética, (ii) cobrir pelo menos 30% do seu consumo de eletricidade com fontes isentas de carbono (através de instalações de produção de energia renovável no local ou perto do local, acordos de compra de energia sem carbono ou garantias de origem), ou (iii) investir pelo menos 50% do montante do auxílio em projetos que conduzam a reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa das suas instalações. Os beneficiários terão de cumprir uma dessas obrigações no prazo de três anos após a concessão do auxílio.

Comissão Europeia junta forças com as associações governamentais locais e regionais para impulsionar o desenvolvimento sustentável

A Comissão Europeia [assinou](#) acordos-quadro de parceria com cinco associações globais de autoridades locais: a *Association Internationale des Maires Francophones (AIMF)*, a *Commonwealth Local Governments Forum (CLGF)*, a *Platforma/Conseil Européen des Municipalités et Régions (CEMR)*, a *United Cities and Local Governments (UCLG)*, e a *United Cities and Local Governments of Africa (UCLGA)*. Com 50 milhões de euros do instrumento NDICI-Global Europe, os acordos apoiam o papel das autoridades locais e das suas associações na formulação de políticas para promover o desenvolvimento sustentável a nível local, regional e global.

Os cinco acordos de parceria, que estarão em vigor até 31 de abril de 2026, reconhecem a contribuição dos governos locais e regionais para a conceção e implementação das políticas necessárias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular para tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis.

Nova Estratégia Florestal da UE para 2030 deve ser desenvolvida com os proprietários florestais

Parlamento Europeu [apela](#) a uma gestão sustentável das florestas da UE que tenha em conta as condições locais e a voz dos proprietários florestais. Na resolução sobre "Uma Nova Estratégia Florestal da UE para 2030 - Gestão Florestal Sustentável na Europa", aprovada pelo plenário do Parlamento Europeu na terça-feira por 417 votos a favor, 144 e 67 abstenções, os eurodeputados salientam que as florestas são essenciais para a prestação de serviços ecossistémicos e para a criação de empregos na UE.

Só uma gestão ativa e dinâmica sustentável das florestas permitirá a sua resiliência e adaptação bem-sucedida às alterações climáticas, sublinha-se no texto adotado. Ao mesmo tempo, a diversidade das florestas, condições climáticas, padrões de propriedade e formas de governação em toda a UE exigem que esta gestão seja desenvolvida a nível nacional, regional e local, de mãos dadas com os proprietários florestais, acrescentam os Deputados ao Parlamento Europeu. A este respeito, os programas de apoio, o pagamento voluntário de regimes de serviços ecossistémicos e o financiamento da investigação devem ser disponibilizados especialmente para os pequenos proprietários de florestas, solicita o Parlamento.

Alterações climáticas: novas regras para limitar a desflorestação mundial

Para combater as alterações climáticas globais e a perda de biodiversidade, o Parlamento [exige](#) que as empresas garantam que os produtos vendidos na UE não provêm de terras desmatadas ou degradadas. O plenário adotou a sua posição sobre a

proposta da Comissão para um regulamento sobre produtos sem desflorestação com 453 votos a favor, 57 votos contra e 123 abstenções.

A nova lei obrigaria as empresas a verificar (a chamada "due diligence") que os produtos vendidos na UE não foram produzidos em terras desflorestadas ou degradadas em qualquer parte do mundo. Isto garantiria aos consumidores que os produtos que compram não contribuem para a destruição das florestas, incluindo das florestas tropicais insubstituíveis, e, conseqüentemente, reduziria a contribuição da UE para as alterações climáticas e a perda de biodiversidade.

Os eurodeputados também querem que as empresas verifiquem se os produtos são produzidos de acordo com as disposições de direitos humanos do direito internacional e se respeitam os direitos dos povos indígenas. A proposta da Comissão abrange os bovinos, cacau, café, óleo de palma, soja e madeira, incluindo produtos que contenham, tenham sido alimentados com ou tenham sido fabricados utilizando estas mercadorias (tais como couro, chocolate e mobiliário). O Parlamento quer também incluir carne de suíno, ovino e caprino, aves, milho e borracha, bem como carvão vegetal e produtos de papel impresso. Os deputados insistem também que os produtos não devem ter sido produzidos em terras desmatadas após 31 de dezembro de 2019 - um ano antes do que a Comissão propôs. Parlamento quer também que as instituições financeiras sejam sujeitas a requisitos adicionais para assegurar que as suas atividades não contribuam para a desflorestação.

Necessidade urgente de reforçar a ação climática da UE, dizem os eurodeputados

Na quinta-feira, o Parlamento [adotou](#) uma série de recomendações após a seca, incêndios devastadores e fenômenos meteorológicos extremos em toda a Europa neste Verão. A resolução sobre os esforços crescentes da UE para combater as alterações climáticas foi adotada com 469 votos a favor, 34 contra e 44 abstenções.

A UE deveria melhorar a sua ação para travar o aquecimento global e limitá-lo a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, bem como os seus planos de adaptação às alterações climáticas, dizem os eurodeputados. Querem que a Comissão proponha um quadro climático comunitário ambicioso, abrangente e vinculativo, com especial incidência nas regiões mais vulneráveis. A UE deve também continuar a desempenhar um papel ativo no estabelecimento de um objetivo de adaptação global e assegurar que a comunidade internacional cumpra o seu objetivo de financiamento global da luta contra a intensificação das alterações climáticas.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Política de Coesão da UE: 817 milhões de euros para Malta para apoiar uma economia mais competitiva, inclusiva, verde e digital

Malta [beneficiará](#) de 817 milhões de euros de financiamento da Política de Coesão no período 2021-2027 para apoiar o desenvolvimento sustentável da sua economia, conforme estabelecido no Acordo de Parceria recém-adotado pela Comissão.

É de destacar que do pacote financeiro agora aprovado 417 milhões de euros serão disponibilizados ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão contribuirão para tornar as pequenas e médias empresas mais inovadoras, digitais e competitivas e impulsionar uma economia mais inteligente e hipocarbónica.

Na sequência das importantes realizações de Malta durante os últimos períodos de programação, os investimentos da política de coesão contribuirão ainda mais para colmatar as disparidades existentes no país e tornar a economia maltesa mais inovadora e competitiva. Os fundos da UE apoiarão a transição ecológica e a segurança energética do país e a sua transformação digital. Melhorará as competências das pessoas, o emprego e a inclusão social.

O Acordo de Parceria com Malta é o 21º a ser adotado, seguindo-se aos da Grécia, Alemanha, Áustria, República Checa, Lituânia, Finlândia, Dinamarca, França, Suécia, Países Baixos, Polónia, Bulgária, Chipre, Portugal, Estónia, Eslováquia, Itália, Roménia, Croácia e Eslovénia.

Política de Coesão da UE: 3,26 mil milhões de euros para a competitividade económica, transição digital e objetivos climáticos da Eslovénia

A Eslovénia [beneficiará](#) de 3,26 mil milhões de euros de financiamento da Política de Coesão entre 2021-2027 para apoiar o desenvolvimento sustentável da sua economia. Os detalhes e a estratégia para estes investimentos estão definidos no Acordo de Parceria entre a Eslovénia e a Comissão. Estes fundos da UE irão abordar as disparidades regionais no país, impulsionando a inovação e a competitividade, permitindo a transformação digital da economia, investindo na inclusão social, na formação de competências e no emprego, e ajudando a alcançar os objetivos do país em matéria de clima e biodiversidade.

A Eslovénia investirá 806 milhões de euros ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão, para uma transição mais ecológica e com baixo teor de carbono para uma economia de carbono zero e resiliente. Os fundos irão contribuir para a descarbonização do país, bem como para o desenvolvimento das energias renováveis. Em particular, serão feitos investimentos em capacidades de energia solar e eólica, e para melhorar a eficiência energética dos edifícios.

Os fundos da UE irão também mitigar os riscos das alterações climáticas, promover a economia circular nas empresas, assegurar uma gestão eficiente dos recursos hídricos, e proteger os ecossistemas e a biodiversidade. O Acordo de Parceria com a Eslovénia é o 20º a ser adotado, seguindo-se aos da Grécia, Alemanha, Áustria, República Checa, Lituânia, Finlândia, Dinamarca, França, Suécia, Países Baixos, Polónia, Bulgária, Chipre, Portugal, Estónia, Eslováquia, Itália, Roménia e Croácia.

Política de Coesão da UE: 467 milhões de euros para ações de cooperação no Noroeste da Europa, Espaço Atlântico e Ártico

Graças à adoção de três programas transnacionais Interreg, a Comissão investirá 467 milhões de euros do [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#) no período de programação 2021-2027 para ações de cooperação no Noroeste da Europa, Espaço Atlântico e Ártico - especialmente, no domínio do ambiente e da resiliência contra as alterações climáticas. A comissária para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, afirmou: "As regiões mais setentrionais da Europa e os territórios atlânticos e árticos são definidos por um clima rigoroso, uma população escassa com identidade cultural distinta e uma perifericidade extrema em relação aos centros económicos, mas também por grandes oportunidades de desenvolvimento. A Política de Coesão existe para ajudar estas regiões e a sua população a cooperar, enfrentar desafios e agarrar oportunidades para desenvolver o enorme potencial da região, o seu desenvolvimento verde e os recursos energéticos renováveis".

O [programa Interreg Periferia Norte e Ártico](#), no valor de 43 milhões de euros, irá promover projetos no domínio da eficiência energética, na adaptação às alterações climáticas, na prevenção de riscos de catástrofes e na transição para uma economia circular e eficiente em termos de recursos. O [programa Interreg Noroeste da Europa](#), no valor de 310 milhões de euros, financiará projetos sobre clima e resiliência ambiental, transição inteligente e justa, e transição para uma economia circular baseada no local. Finalmente, o [programa Interreg Espaço Atlântico](#), no valor de 113 milhões de euros, apoiará os interessados a cooperar tanto na economia verde como azul - por exemplo, investindo em projetos sobre inovação, questões sociais para a empregabilidade dos jovens e governação. Mais detalhes estão disponíveis [aqui](#).

Fast-Care: Apoio rápido da UE em resposta à guerra da Rússia na Ucrânia

Os eurodeputados [apoiam](#) regras simplificadas para a utilização dos fundos regionais da UE para fazer face às consequências da agressão russa contra a Ucrânia. A Comissão do Desenvolvimento Regional optou por um "procedimento simplificado" mais rápido, sem alterações, para aprovar o regulamento proposto FAST-CARE (Flexible Assistance for Territories), aumentando ainda mais a flexibilidade na utilização dos fundos da política de coesão da UE em resposta à guerra da Rússia na Ucrânia. Os eurodeputados consideram importante agir o mais rapidamente possível e ajudar os governos e regiões da UE a lidar rapidamente com o impacto da guerra.

Eurodeputados apelam a mais dinheiro para a coesão

O Parlamento Europeu [aprovou](#) o 8º relatório sobre a coesão, sublinhando a necessidade de recursos financeiros adicionais. A resolução do Parlamento Europeu sobre o 8º Relatório sobre a Coesão preparada pela relatora Constanze Krehl (S&D, Alemanha) foi aprovada na quinta-feira por 448 votos contra 61 e 75 abstenções. Os deputados insistem em manter os recursos orçamentais da coesão pelo menos ao mesmo nível que em 2021-2027, com dinheiro adicional atribuído no Fundo de Transição Justa II para poder responder aos novos desafios que a UE enfrenta.

Salientam que a flexibilidade da política de coesão não deve ser mal utilizada e não deve tornar-se uma fonte de financiamento flexível para a insuficiência orçamental, mas sim um instrumento a longo prazo que prepare as regiões da UE para o futuro. O Parlamento Europeu apela igualmente a uma abordagem em duas vertentes que facilite o processo de pagamento - as negociações relacionadas com o conteúdo devem ser concluídas antes das negociações financeiras para permitir uma preparação atempada dos projetos por parte das autoridades.

Regiões fronteiriças: deputados europeus querem que os países da UE melhorem a cooperação

O texto adotado [exige](#) uma utilização mais eficaz e uma melhor coordenação dos fundos da UE para melhor lidar com todo o espectro de desafios, tais como ambientais, administrativos, socioeconómicos e geográficos que as regiões fronteiriças da UE estão a enfrentar. Na resolução, os deputados ao Parlamento Europeu salientam as barreiras adicionais que surgiram durante as pandemias e registam o papel de *Brexit* na perturbação da situação em muitas regiões fronteiriças.

Os eurodeputados apelam a uma cooperação mais profunda entre as autoridades dos Estados-Membros e notam que as regiões fronteiriças beneficiariam de um instrumento supranacional que os ajudaria a ultrapassar as ações das autoridades nacionais que afetam negativamente o Mercado Único. Salientam a necessidade de uma melhor coordenação dos transportes públicos e outros serviços transfronteiriços e instam a Comissão e os governos da UE a fazer valer os direitos dos trabalhadores transfronteiriços e fronteiriços no que diz respeito à sua saúde e segurança e condições de emprego.

Os eurodeputados observam também que a maioria das barreiras entre regiões fronteiriças são de natureza jurídica e recordam que em 2018 já a Comissão Europeia tinha proposto o Mecanismo Europeu Transfronteiriço (ECBM) com o objetivo de facilitar a cooperação transfronteiriça, que foi bloqueada pelo Conselho. Por conseguinte, convidam a Comissão Europeia a alterar a proposta de uma forma que seja aceitável tanto para o Parlamento Europeu como para o Conselho.

"Novo Bauhaus Europeu": Eurodeputados pedem financiamento específico e critérios concretos

Na quarta-feira, o Parlamento [juntou-se](#) ao novo movimento cultural pan-europeu que visa encontrar soluções inteligentes, sustentáveis e esteticamente agradáveis para melhorar a nossa vida quotidiana. Num relatório aprovado na quarta-feira por 466 votos a favor, 83 contra e 55 abstenções, o Parlamento insiste em critérios concretos para selecionar os projetos e iniciativas do Novo Bauhaus Europeu (NEB), que serão financiados com o dinheiro da UE. Para cumprir os critérios sugeridos pelos eurodeputados, os projetos e iniciativas terão de se alinhar com as principais políticas da UE, por exemplo, o Pacto Ecológico, criar novos empregos e oportunidades comerciais, melhorar a acessibilidade, ser acessíveis, inclusivos e ter em conta o género.

Lamentando a falta de clareza no financiamento para o NEB, solicitam 500 milhões de euros de "dinheiro fresco" do programa de investigação e inovação da UE "Horizonte". Os fundos teriam de ser incluídos durante a revisão de 2023 do orçamento da UE, o quadro financeiro plurianual (QFP). Para o próximo QFP após 2027, solicitam à Comissão que proponha um programa autónomo Novo Bauhaus Europeu, sem reduzir o financiamento para os programas Creative Europe, Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade, já subfinanciados.

Os eurodeputados exigem também "medidas ativas para prevenir quaisquer abordagens elitistas ou efeitos adversos da gentrificação". Insistem que o projeto deve concentrar-se principalmente nas pessoas, melhorando a qualidade das suas vidas e criando espaços de vida saudáveis e acessíveis, incluindo em áreas menos desenvolvidas, suburbanas e remotas, abordando a segregação espacial e a exclusão histórica dos grupos sociais.

Europa criativa: Comissão adota medidas para apoiar artistas ucranianos

A Comissão está a lançar um [convite](#) especial para a Ucrânia ao abrigo do programa de trabalho anual 2023 do programa *Creative Europe*. Será atribuído um total de 5 milhões de euros para apoiar artistas e organizações culturais ucranianas no seu próprio país ou em qualquer país que participe no programa, e para preparar a recuperação do setor cultural e criativo ucraniano do pós-guerra.



Economia e Mercado

NextGenerationEU: Comissão Europeia angaria mais 12 mil milhões de euros

A Comissão Europeia [emitiu](#) 12 mil milhões de euros numa transação de dupla tranche ao abrigo do Instrumento de Recuperação da União Europeia "NextGenerationEU". O acordo foi a 12ª transação sindicada no âmbito do NextGenerationEU e a 7ª em 2022. Consistia numa nova obrigação a 5 anos de 7 mil milhões de euros com vencimento a 4 de outubro de 2027 e uma nova obrigação a 30 anos de 5 mil milhões de euros com vencimento a 4 de outubro de 2052. A procura dos investidores manteve-se forte apesar do contexto de mercado desafiante, com ofertas combinadas superiores a 114 mil milhões de euros, ou uma subscrição em que a procura excedeu em mais de 9 vezes a oferta.



Emprego

Parlamento Europeu aprova regras para salários mínimos adequados para todos

Os salários mínimos em todos os Estados-Membros devem permitir padrões de vida e de trabalho dignos e os países devem promover a negociação coletiva em matéria de salários. Na quarta-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#), por 505 votos a favor, 92 votos contra e 44 abstenções, [nova legislação](#) sobre salários mínimos adequados na UE. A legislação da UE, acordada com o Conselho em junho, visa melhorar as condições de trabalho e de vida de todos os trabalhadores na UE, bem como promover os progressos económicos e sociais. Para o efeito, estabelece requisitos mínimos para a adequação dos salários mínimos nacionais, tal como previsto na legislação nacional e/ou nas convenções coletivas, e melhora o acesso efetivo dos trabalhadores à proteção salarial mínima.

A nova diretiva aplicar-se-á a todos os trabalhadores da UE que tenham um contrato de trabalho ou uma relação laboral. Os Estados-Membros nos quais o salário mínimo já está protegido exclusivamente através de convenções coletivas não serão obrigados a introduzir estas regras nem a tornar estas convenções de aplicação geral.

A fixação de um salário mínimo continua a ser uma competência nacional, mas os Estados-Membros terão de garantir que os seus salários mínimos nacionais permitem aos trabalhadores ter uma vida digna, tendo em conta o custo de vida e níveis salariais mais abrangentes. Para a avaliação da adequação dos atuais salários mínimos nacionais, os Estados-Membros podem estabelecer um cabaz de bens e serviços a preços reais ou fixá-lo em 60 % do salário mediano bruto e 50 % do salário médio bruto.

Preços da energia: Comissão propõe intervenção de emergência nos mercados de energia para reduzir as faturas dos europeus

A Comissão [propõe](#) uma intervenção de emergência nos mercados europeus de energia para fazer face aumento dramático dos preços da energia. A UE tem de fazer face às consequências de um grave desfasamento entre a procura e a oferta de energia devido, em grande medida, ao facto de a Rússia continuar a utilizar a energia como uma arma. A fim de aliviar a pressão que pesa, cada vez mais, sobre os agregados familiares e as empresas europeias, a Comissão vai dar um novo passo para resolver este problema, propondo a adoção de medidas excepcionais de redução da procura de eletricidade que contribuirão para fazer baixar o custo para os consumidores, bem como de medidas que visam redistribuir as receitas excedentárias do setor da energia em benefício dos consumidores finais. Estas medidas surgem na sequência das medidas anteriormente adotadas pela Comissão para garantir o [enchimento das instalações de armazenamento de gás](#) e [reduzir a procura de gás](#), a fim de se preparar para o inverno. A Comissão prossegue igualmente com os seus esforços para aumentar a liquidez dos operadores do mercado, fazer baixar o preço do gás e alterar a configuração do mercado da eletricidade a longo prazo.

A Comissão propõe ainda uma contribuição de solidariedade temporária sobre as receitas excedentárias geradas por atividades nos setores do petróleo, do gás, do carvão e das refinarias não abrangidas pelo limite máximo aplicável às receitas inframarginais. Esta contribuição temporária permitiria manter os incentivos aos investimentos durante a transição ecológica. Seria cobrada, pelos Estados-Membros, sobre a parte dos lucros de 2022 que excedam o aumento de 20 % dos lucros médios dos três anos precedentes. As receitas seriam cobradas pelos Estados-Membros e redirecionadas para os consumidores de energia, em especial os agregados familiares vulneráveis, as empresas mais afetadas e as indústrias com utilização intensiva de energia. Os Estados-Membros poderiam igualmente financiar projetos transfronteiriços em consonância com os objetivos do plano REPowerEU ou utilizar parte das receitas para o financiamento comum de medidas de proteção do emprego ou de promoção dos investimentos nas energias renováveis e na eficiência energética.

Planos de recuperação nacionais devem contrariar os efeitos imediatos da crise energética

Os eurodeputados das comissões dos Assuntos Económicos e Monetários e do Orçamento [estão](#) preocupados em saber se o financiamento da recuperação está a beneficiar os cidadãos na sua plenitude.

O debate de segunda-feira à noite com os comissários Dombrovskis e Gentiloni centrou-se na forma como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) poderia contribuir para aumentar a autonomia estratégica da UE, diversificando as importações de energia, bem como impulsionando as energias renováveis e as medidas de poupança de energia para os transportes, a indústria e os lares privados.

Os eurodeputados questionaram os comissários sobre a implementação do *REPowerEU*. Os Estados-Membros terão de acrescentar um capítulo sobre energia aos seus planos nacionais, para que não interfiram na implementação das reformas e investimentos já em curso, mas melhorem as infraestruturas energéticas para terem um abastecimento seguro de petróleo e gás. Uma vez que o REPowerEU apenas cobre investimentos e não pode cobrir transferências sociais recorrentes, os deputados europeus apelaram a mais apoio às famílias, a projetos de eficiência energética e a mais projetos transfronteiriços, tais como a melhoria da interligação das redes europeias de energia de gás e eletricidade.

Os eurodeputados questionaram sobre os ajustamentos aos planos nacionais devido à inflação e à atualização da atribuição de subvenções aos Estados-Membros, dependendo da sua situação económica, o que significará que alguns receberão mais dinheiro enquanto outras atribuições serão desvalorizadas. Os comissários salientaram que o objetivo é manter os planos nacionais no bom caminho, com revisões específicas para combater a volatilidade ou a inflação. Os Estados-Membros também podem alterar os seus planos de modo a contrair empréstimos MRR (225 mil milhões de euros em empréstimos não utilizados estão disponíveis até agosto de 2023).

Parlamento Europeu defende maior uso de renováveis e poupança de energia

Os eurodeputados [votaram](#), na quarta-feira, para aumentar a proporção de energias renováveis no consumo final de energia da UE para 45% até 2030, no âmbito da revisão da Diretiva das Energias Renováveis – uma meta também apoiada pela Comissão Europeia no pacote “RepowerEU”. A legislação define também submetas para setores como transportes, edifícios e sistemas urbanos de aquecimento e arrefecimento. No setor dos transportes, a utilização de energias renováveis deverá conduzir a uma redução de 16% nas emissões de gases com efeito de estufa, através da utilização de quotas mais elevadas de biocombustíveis avançados e de uma quota mais ambiciosa para combustíveis renováveis de origem não biológica, como o hidrogénio. A indústria deve aumentar o uso de energias renováveis em 1,9 pontos e os sistemas urbanos de aquecimento devem aumentar em 2,3 pontos.

Cada Estado-Membro terá de desenvolver dois projetos transfronteiriços para a expansão da eletricidade verde. Os Estados-Membros com um consumo anual de eletricidade superior a 100 TWh terão de desenvolver um terceiro projeto até 2030. Os eurodeputados também aprovaram alterações para reduzir gradualmente a percentagem de madeira primária contabilizada como energia renovável.

Numa outra votação, também esta quarta-feira, os eurodeputados apoiaram a revisão da Diretiva relativa da Eficiência Energética, a lei que estabelece metas de poupança no consumo de energia [primária](#) e [final](#) na UE. Os eurodeputados elevaram a meta da UE para reduzir o consumo de energia; os Estados-Membros devem garantir coletivamente que o consumo de energia final seja reduzido em pelo menos 40% até 2030 e o consumo de energia primária em 42,5%, em comparação com as projeções de 2007. Isso corresponde a 740 e 960 milhões de toneladas equivalentes de petróleo para consumo de energia final e primária, respetivamente. Os Estados-Membros devem estabelecer metas nacionais vinculativas para atingir essas metas europeias. As metas serão alcançadas através de medidas a nível local, regional, nacional e europeu, em diferentes setores, tais como a administração pública, edifícios e empresas.



Estado de Direito

Serviços Financeiros: Comissão Europeia convida supervisor de seguros eslovaco a adotar medidas para assegurar o cumprimento da legislação da União

A Comissão [adotou](#) um parecer formal exigindo à autoridade de supervisão dos seguros eslovaca (Národná banka Slovenska, NBS) que cumpra integralmente o regime prudencial da UE para as empresas de seguros e resseguros na UE (Solvência II). Este parecer segue a recomendação emitida pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) nos termos do artigo 17º do Regulamento da EIOPA relativo à violação da legislação da União.

Ao abrigo do procedimento de violação do direito da União, a EIOPA reuniu provas de que uma companhia de seguros eslovaca, sob a supervisão da NBS como supervisor do país de origem, não cumpriu nos últimos anos as regras do Solvência II em relação às provisões técnicas, requisitos de capital, investimentos e sistema de governação. A EIOPA investigou e concluiu que o supervisor eslovaco não tomou as medidas corretivas necessárias para resolver a não-conformidade da empresa. Por conseguinte, a EIOPA recomendou à NBS que tomasse as medidas adequadas para assegurar uma recuperação estrutural e sustentável de todas as infrações ou, se apropriado ou obrigatório, retirar a autorização da empresa.

Comissão toma medidas para proibir produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da UE

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma proposta que proíbe os produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da UE. A proposta abrange todos os produtos, incluindo os produtos fabricados na UE para consumo interno e exportação e os produtos importados, sem visar empresas ou indústrias específicas. Esta abordagem global é importante porque, segundo as estimativas, existem 27,6 milhões de pessoas em situação de trabalho forçado, em muitas indústrias e em todos os continentes. A maioria do trabalho forçado ocorre na economia privada, sendo também uma parte deste trabalho imposta pelos Estados. A proposta baseia-se nas definições e normas acordadas a nível internacional e sublinha a importância de uma cooperação estreita com os parceiros mundiais. As autoridades nacionais passam a ter a possibilidade de retirar do mercado da UE os produtos fabricados com trabalho forçado na sequência de uma investigação. As autoridades aduaneiras da UE identificarão e bloquearão os produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado nas fronteiras da UE.

A proposta apresentada responde ao compromisso assumido pela presidente Ursula von der Leyen no discurso sobre o Estado da União de 2021. A UE promove um trabalho digno em todos os setores e domínios de ação, em conformidade com uma abordagem global que visa os trabalhadores nos mercados nacionais, nos países terceiros e nas cadeias de abastecimento mundiais. Fazem parte dessa abordagem as normas fundamentais do trabalho, como a eliminação do trabalho forçado. A Comunicação sobre [o trabalho digno em todo o mundo](#), apresentada em fevereiro de 2022, define as políticas internas e externas utilizadas pela UE para promover um trabalho digno em todo o mundo, incluindo através de parcerias internacionais, do comércio, das políticas de vizinhança e do alargamento da UE, da luta contra o tráfico de seres humanos e da contratação pública.

Parlamento Europeu: Hungria já não pode ser considerada uma democracia plena

O Parlamento Europeu [condena](#) os “esforços deliberados e sistemáticos do governo húngaro” contra os valores europeus e exige resultados no processo do artigo 7.º. A falta de uma ação decisiva da UE contribuiu para o surgimento de um “regime híbrido de autocracia eleitoral”, ou seja, um sistema constitucional em que as eleições ocorrem, mas onde não há respeito pelas normas e padrões democráticos, dizem os eurodeputados.

O relatório aprovado na quinta-feira, com 433 votos a favor, 123 contra e 28 abstenções, adiciona ao relatório com que o [Parlamento Europeu desencadeou o procedimento do artigo 7.º](#) em 2018, uma visão geral da evolução nas [12 áreas de preocupação](#) do Parlamento Europeu. Demonstra assim como os valores consagrados no [artigo 2.º dos Tratados da UE](#),

incluindo a democracia e os direitos fundamentais no país, se deterioraram ainda mais desde 2018, através dos “esforços deliberados e sistemáticos do governo húngaro”, exacerbados pela inação da UE.

Direitos fundamentais na UE: problemas de longa data exacerbados pela COVID-19

Os deputados europeus [estão](#) preocupados com as consequências das medidas relacionadas com a COVID-19 sobre a democracia e as liberdades fundamentais, incluindo os direitos dos litigantes, das pessoas em conflito com a lei e dos prisioneiros. Lamentam igualmente as persistentes violações do Estado de direito em alguns Estados-Membros, salientando uma vez mais que o Estado de direito, a democracia e os direitos fundamentais estão intrinsecamente ligados.

Para proteger estes valores europeus e a distribuição justa e legal dos fundos da UE, o Parlamento apela à Comissão para que faça uso do mecanismo de condicionalidade orçamental. Os eurodeputados condenam a Polónia e a Hungria por não respeitarem as decisões do Tribunal de Justiça da UE e, por conseguinte, apelam às instituições da UE para que reajam.

Violações dos direitos humanos na Ucrânia, Uganda, Tanzânia e Nicarágua

Deportação forçada de civis ucranianos para a Rússia e a adoção forçada de crianças ucranianas. O Parlamento Europeu [condena](#) veementemente as alegadas atrocidades cometidas pelas Forças Armadas russas, os seus procuradores, e as várias autoridades de ocupação na Ucrânia. Na resolução, os eurodeputados salientam, em particular a deportação forçada de civis ucranianos, incluindo crianças, para a Rússia, bem como as práticas abomináveis da Rússia nos chamados "campos de filtragem", onde as famílias são separadas e aqueles que são considerados "não fiáveis" desaparecem.

Os eurodeputados apelam à Rússia para que cumpra plenamente as suas obrigações ao abrigo do direito internacional e cesse imediatamente a deportação e a transferência forçadas de civis ucranianos para a Rússia e para os territórios ocupados pela Rússia. Exigem igualmente o fim de todas as transferências forçadas de crianças, bem como quaisquer adoções internacionais de crianças transferidas de dentro das fronteiras internacionalmente reconhecidas da Ucrânia.

Embora observando que uma transferência forçada é um crime de guerra e um potencial crime contra a humanidade, os deputados europeus exigem que o governo russo revogue toda a legislação que facilite a adoção de crianças ucranianas.

UE prorroga por mais seis meses as sanções individuais por violações da integridade territorial

O Conselho [decidiu](#) prorrogar por mais seis meses, até 15 de março de 2023, as medidas restritivas contra aqueles que comprometem ou ameaçam a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia. As medidas restritivas em vigor preveem restrições de viagem aplicáveis a pessoas singulares, o congelamento de bens e a proibição de disponibilizar fundos ou outros recursos económicos às pessoas e entidades constantes da lista. As sanções continuarão a aplicar-se a 1 206 pessoas e 108 entidades, muitas das quais são visadas no contexto da resposta à agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia.

Após 24 de fevereiro de 2022, face à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, a UE alargou substancialmente as sanções que aplica àquele país. Para além das sanções a representantes políticos de alto nível, a oligarcas, a militares e a propagandistas, a UE adotou medidas inéditas com o objetivo de enfraquecer de forma significativa a base económica da Rússia, privando-a do acesso a tecnologias e mercados críticos, o que reduz substancialmente a sua capacidade de levar a cabo uma guerra.

A UE condena resolutamente os ataques indiscriminados da Rússia contra civis e infraestruturas civis, e insta este país a retirar, imediata e incondicionalmente, todas as suas tropas e equipamento militar de todo o território da Ucrânia dentro das fronteiras que lhe são internacionalmente reconhecidas. O direito internacional humanitário tem de ser respeitado. A Rússia, a Bielorrússia e todos os responsáveis por crimes de guerra serão chamados a prestar contas pelos seus atos nos termos do direito internacional.

Ato legislativo europeu sobre a liberdade dos meios de comunicação social

Comissão Europeia [propõe](#) regras para proteger pluralismo e independência dos meios de comunicação social na UE. A Comissão Europeia adotou uma [proposta de regulamento sobre a liberdade dos meios de comunicação social](#), um novo conjunto de regras para proteger o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social na UE. O regulamento proposto inclui, nomeadamente, salvaguardas contra a interferência política nas decisões editoriais e contra a vigilância. Coloca a tónica na independência e no financiamento estável dos meios de comunicação de serviço público, bem como na transparência da propriedade dos meios de comunicação social e na distribuição da publicidade estatal. Estabelece igualmente medidas para proteger a independência dos editores e divulgar conflitos de interesses. Finalmente, o ato legislativo irá também abordar a questão das concentrações dos meios de comunicação social e criar um novo comité europeu independente para os serviços de comunicação social.

A Comissão adotou igualmente uma recomendação complementar para incentivar salvaguardas internas para a independência editorial. A proposta é acompanhada de uma recomendação que estabelece uma série de boas práticas voluntárias recolhidas junto do setor e destinadas a promover a independência editorial e uma maior transparência da

propriedade. A recomendação prevê um conjunto de medidas voluntárias para as empresas de comunicação social, como as condições para a criação independente de conteúdos editoriais, capacitando os jornalistas para participarem em decisões cruciais para o funcionamento dos meios de comunicação social, bem como estratégias para assegurar a estabilidade a longo prazo da produção de conteúdos noticiosos. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) no documento com [perguntas e respostas](#) e na [ficha informativa](#).



Inovação, Investigação científica, ciência

Provas científicas mostram os impactos das ações de restauração da natureza na produtividade alimentar

O relatório mais recente do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia [passa](#) em revista a literatura científica (publicações científicas revistas por pares e indexadas mostrando provas quantitativas) sobre as relações entre uma seleção de práticas de restauração da natureza e a produção de alimentos. Os efeitos relatados são extraídos de revisões sistemáticas, meta-análises e artigos individuais. Como revisão, esta não é uma amostra representativa de todos os estudos disponíveis realizados sobre o tema.

Embora não se possa extrair uma estimativa quantitativa sem uma meta-análise adequada, a revisão sugere que as medidas de restauração da natureza têm um impacto notavelmente positivo na produtividade alimentar a longo prazo, enquanto a maioria dos impactos a curto prazo são dependentes do contexto e da espécie. Assim, considera-se que a restauração de ecossistemas degradados e sobreexplorados é uma apólice de seguro para assegurar a sustentabilidade e a resiliência a longo prazo dos sistemas alimentares.



Instituições

Discurso de 2022 sobre o estado da União proferido pela presidente Ursula von der Leyen

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, [discursou](#), em Estrasburgo, perante os eurodeputados sobre o estado da União Europeia. Durante a exposição, von der Leyen sublinhou que «o hidrogénio pode ser um fator de mudança para a Europa. No caso do hidrogénio, temos de passar de um mercado de nicho para um mercado de escala. Com o REPowerEU duplicámos o nosso objetivo: até 2030, queremos produzir anualmente 10 milhões de toneladas de hidrogénio renovável na União Europeia. Para atingir este objetivo, temos de estabelecer um criador de mercado para o hidrogénio, de modo a colmatar o défice de investimento e a relacionar a oferta e a procura futura. Para este efeito, estou hoje em condições de vos anunciar que vamos criar um novo banco europeu de hidrogénio. Este banco contribuirá para garantir a compra de hidrogénio, utilizando para isso os recursos do fundo de inovação. Poderá investir 3 mil milhões de euros para ajudar a construir o futuro mercado de hidrogénio. E é assim que se construirá a economia do futuro.».

Sobre o conflito bélico no continente europeu, a presidente do executivo europeu adiantou que «o setor financeiro da Rússia está de rastos. Cortámos o acesso de três quartos do setor bancário russo aos mercados internacionais. Quase um milhão de empresas internacionais deixaram o país. A produção de automóveis diminuiu três quartos comparativamente ao ano anterior. A Aeroflot está a deixar aviões em terra porque não tem peças sobresselentes disponíveis. O exército russo está a retirar circuitos integrados de máquinas de lavar louça e frigoríficos para reparar o seu equipamento militar porque já não tem semicondutores. A indústria da Rússia está numa situação crítica. E foi o Kremlin que deu à economia russa este rumo devastador. Este é o preço a pagar pelo rasto de morte e destruição deixado por Putin. E quero deixar muito claro que as sanções vieram para ficar.».

«Quer se trate de circuitos integrados personalizados para a realidade virtual ou de células de armazenamento de energia solar, o acesso às matérias-primas é crucial para o êxito da nossa transição para uma economia sustentável e digital. Num futuro próximo, o lítio e as terras raras tornar-se-ão mais importantes do que o petróleo e o gás. Até 2030, a nossa procura de terras raras irá quintuplicar. E este é um bom sinal, uma vez que demonstra que o nosso Pacto Ecológico Europeu está a avançar rapidamente. O problema é que, atualmente, um único país controla quase todo o mercado. *Não podemos voltar a cair numa situação de dependência como sucedeu com o petróleo e o gás.* É aqui que entra em jogo a nossa política comercial. As novas parcerias ajudam-nos não só a reforçar a nossa economia, mas também a promover os nossos interesses e valores a nível mundial.».

Parlamento Europeu nomeia o novo secretário-geral

Na passada segunda-feira, a Mesa do Parlamento Europeu [nomeou](#) Alessandro Chiacchetti como o novo secretário-geral da instituição. O novo secretário-geral assumirá as suas funções a 1 de janeiro de 2023. A nomeação segue-se a uma decisão da Mesa, de junho de 2022, de dar seguimento ao pedido do atual secretário-geral, Klaus Welle, de se reformar no final de 2022.

De acordo com o Regimento do Parlamento Europeu, a Mesa nomeia o secretário-geral. O procedimento permitiu que os membros da Mesa ouvissem quatro candidatos numa entrevista seguida de perguntas. Após deliberação, a Mesa decidiu por larga maioria nomear Chiacchetti como [secretário-geral do Parlamento Europeu](#).

O secretário-geral é o mais alto funcionário do Parlamento Europeu. Lidera a administração da instituição. A Mesa do Parlamento Europeu é composta pela presidente e pelos 14 vice-presidentes do Parlamento. Os cinco questores são membros da Mesa com capacidade consultiva. A Mesa adota decisões orçamentais, organizacionais e administrativas sobre questões relacionadas com a organização interna do Parlamento, do seu secretariado e dos seus vários órgãos.

Parlamento Europeu adota posição sobre a lei fundamental do orçamento

Os deputados europeus [apoiam](#) a proposta de revisão do Quadro Financeiro Plurianual, mas exigem modificações para melhor refletir o aumento do preço do carbono. Numa votação realizada na terça-feira, os eurodeputados aprovaram o relatório intercalar sobre a proposta da Comissão de revisão do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 com 497 votos contra 79 votos e 53 abstenções. Os eurodeputados exigem que, no caso de um aumento do preço do carbono para um nível superior ao pressuposto inicial da proposta, seja disponibilizada anualmente uma dotação adicional para o Fundo Social para o Clima, de modo a refletir a taxa de aumento, a fim de apoiar ainda mais os agregados familiares vulneráveis e os utilizadores dos transportes na transição para a neutralidade climática.

A proposta introduz um ajustamento automático dos limites máximos do QFP com base em novos "recursos próprios" que permitiria o reembolso dos empréstimos do NextGenerationEU, em conformidade com o compromisso da Comissão no roteiro acordado com o Parlamento e o Conselho em dezembro de 2020. Entre estas novas fontes de rendimento encontra-se uma parte das receitas do Sistema de Comércio de Emissões (ETS) e do Mecanismo de Ajustamento das Fronteiras do Carbono, pelo que este é também um passo vital para assegurar que as receitas da UE sejam colocadas numa base sustentável.

Para assegurar que o orçamento da UE possa satisfazer as necessidades em rápida evolução, os deputados europeus insistem também que é necessária uma "revisão mais ampla do atual QFP, uma vez que este já foi empurrado para os seus limites no seu primeiro ano", apontando para as múltiplas crises e desafios que a UE tem vindo a enfrentar, em particular a guerra na Ucrânia. A Comissão deveria apresentar tal proposta legislativa "o mais cedo possível e o mais tardar no primeiro trimestre de 2023". Neste contexto, já foram iniciados trabalhos na Comissão dos Orçamentos sobre uma resolução com o título "Ampliação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027: um orçamento resiliente da UE à altura dos novos desafios".

Fundações e partidos políticos europeus: Parlamento pronto para as negociações

O Parlamento adotou a sua posição sobre a atualização das regras relativas aos partidos políticos e fundações a nível europeu. Os eurodeputados [acrescentaram](#) disposições sobre igualdade de género e assegurarão que os órgãos de governação colegial dos partidos políticos e fundações europeias sejam equilibrados em termos de género, adotem um plano de igualdade de género (e exortem os seus membros a fazer o mesmo), e ponham em prática protocolos para combater o assédio sexual e o assédio baseado no género. O Parlamento está agora pronto para iniciar negociações com o Conselho e pretende finalizar o procedimento na primeira metade de 2023, de modo que as novas regras estejam em vigor antes das próximas eleições europeias em 2024.



Juventude

Eurodeputados pedem financiamento para curar "cicatriz pandémica" em crianças e jovens

As despesas com educação e cultura [devem](#) ser urgentemente impulsionadas para mitigar o impacto duradouro da pandemia da COVID-19 na saúde mental de crianças e jovens. Numa resolução aprovada na terça-feira por 522 votos a favor e 12 contra, com 79 abstenções, os eurodeputados dizem que o estado geral da saúde mental e bem-estar das crianças e dos jovens piorou significativamente durante a pandemia. Apontam para uma "cicatriz pandémica" - o efeito duradouro da pandemia na saúde intelectual, física, emocional e mental dos jovens que, devido ao encerramento de instalações de educação, cuidados, juventude e desporto, foram privados da oportunidade de participar em atividades "essenciais para o seu desenvolvimento global".

Para aliviar estes danos, os deputados ao Parlamento Europeu pedem um aumento das despesas médias da UE em educação e formação para além dos atuais 5% do PIB e instam cada Estado-Membro da UE a gastar 10% dos fundos de recuperação e resiliência da UE em educação e 2% no setor cultural e criativo.

Apelando a uma abordagem holística da UE para lidar com os problemas de saúde mental dos jovens, os deputados europeus querem investimento na melhoria da consciencialização e dos serviços de saúde mental nas escolas, para permitir às crianças e aos jovens o acesso a ajuda psicológica. Para quebrar o silêncio e o estigma social em torno das questões de saúde mental, a Comissão deveria designar um Ano Europeu da Saúde Mental e, juntamente com os Estados-Membros, lançar uma campanha de sensibilização para a saúde mental nas instituições educativas e profissionais.

Dia Internacional da Democracia: Comissão lança a Coorte de Participação dos Jovens para promover a democracia em todo o mundo

Para assinalar o Dia Internacional da Democracia e do Ano Europeu da Juventude, a Comissão Europeia [lançou](#) a Coorte de Compromisso Político e Cívico dos Jovens, que visa ajudar os jovens a promover a democracia a nível local e mundial. A Comissão Europeia é um dos colíderes da coorte, juntamente com os governos do Nepal e do Gana, a Parceria Europeia para a Democracia, o AfricTivistes e a Rede Europeia dos Jovens Democratas. O lançamento da coorte teve lugar durante um evento que reuniu representantes dos governos, das instituições da UE, da USAID, de organizações da sociedade civil, do meio académico e de grupos de reflexão.

A Coorte de Compromisso Político e Cívico dos Jovens é uma das várias plataformas multilaterais que estão a ser criadas no âmbito do Ano de Ação da Cimeira para a Democracia, realizada por iniciativa do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em dezembro de 2021, e na qual participou também a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. As coortes reúnem os governos, a sociedade civil e o setor privado — bem como os respetivos recursos, atividades e conhecimentos especializados — a fim de promover a boa governação e a renovação democrática em todo o mundo.



Mobilidade e Transportes

Transportes sustentáveis: UE impulsiona a implantação de infraestruturas de combustíveis alternativos com um financiamento de 292 milhões de euros em 23 Estados-Membros

A Comissão Europeia selecionou 24 projetos que irão receber financiamento da UE para o desenvolvimento de infraestruturas de combustíveis alternativos. Em conjunto, receberão subvenções da UE num total de cerca de 292 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Infraestruturas de Combustíveis Alternativos (AFIF) para a implantação das infraestruturas correspondentes ao longo da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) em 23 Estados-Membros da UE.

Os projetos selecionados irão acelerar a criação da rede abrangente de infraestruturas de reabastecimento e recarga de hidrogénio necessárias para a adoção generalizada de veículos com emissões baixas e nulas para todos os modos de transporte. O AFIF combina subvenções da Mecanismo Ligar a Europa com o apoio de instituições financeiras para aumentar o impacto do investimento. Mais informações e uma lista de projetos estão disponíveis [aqui](#).

Transportes interligados e energeticamente eficientes: 5 mil milhões de euros disponíveis para projetos-chave de infraestruturas

A Comissão [lançou](#) a 13 de setembro um convite à apresentação de propostas lançado no âmbito do programa "Connecting Europe Facility (CEF) for Transport", que disponibiliza mais de 5 mil milhões de euros para projetos europeus de infraestruturas de transportes. O financiamento irá apoiar projetos em todos os Estados-Membros da UE ao longo da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) - a rede de caminhos-de-ferro, vias navegáveis interiores, portos e estradas. Os projetos ajudarão a UE a cumprir o seu objetivo do Pacto Ecológico Europeu de reduzir as emissões dos transportes em 90% até 2050. Serão também elegíveis projetos de reforço das vias de solidariedade.

Semana Europeia da Mobilidade: melhores ligações para uma mobilidade urbana sustentável

Cerca de 3 mil cidades de toda a Europa participam na [Semana Europeia da Mobilidade](#) deste ano, que [começa](#) hoje e termina em 23 de setembro. Nunca como agora foi tão importante incentivar os cidadãos a aderirem à mobilidade ativa, aos transportes públicos e a outras soluções de transporte não poluentes e inteligentes. Fazer estas escolhas com conhecimento de causa permite reduzir o consumo de energia e as emissões, poupar dinheiro e promover um estilo de vida saudável. As atividades organizadas em toda a Europa esta semana incluem o dia sem carros, festivais sobre a utilização de bicicletas, exposições de veículos elétricos e *workshops*. O evento deste ano coincide igualmente com a conferência das [Jornadas da Mobilidade Urbana](#) de 20 a 22 de setembro, em Brno, organizada em cooperação com a Presidência checa do Conselho da União Europeia. Além disso, realizam-se em paralelo as [Jornadas de Segurança ROADPOL](#), com o objetivo de reduzir o número de vítimas mortais nas estradas europeias.



Mar e pescas

Relatórios sobre as medidas de conservação e gestão das pescas para a área da convenção do pacífico central e ocidental e do noroeste do atlântico aprovados

Os dois relatórios - um referente à transposição para o direito da UE das medidas de conservação e de execução adotadas pela Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico (NAFO) na qual a União Europeia é parte contratante desde 1979, e outro à proposta para incorporar no direito da União, as medidas de conservação e gestão adotadas pela Comissão de Pescas

do Pacífico Ocidental e Central, entidade esta responsável pela gestão dos recursos pesqueiros nessa região - foram aprovados na terça-feira, em sessão plenária do Parlamento Europeu por larga maioria dos votos.

Relativamente ao primeiro, o principal objetivo da proposta da Comissão sobre as medidas para a Área de Convenção da NAFO é de transpor para o direito da União as alterações às medidas de conservação e de execução adotadas pela NAFO na sua reunião anual de setembro de 2021. No segundo relatório, procura-se incorporar no direito da União, as medidas de conservação e gestão adotadas pela Comissão de Pescas do Pacífico Ocidental e Central, entidade esta responsável pela gestão dos recursos pesqueiros nessa região, e a qual compete adotar medidas de conservação e gestão dos recursos biológicos marinhos sob a sua responsabilidade, medidas essas vinculativas para as partes contratantes.

A relatora de ambos os relatórios, a eurodeputada Isabel Carvalhais, referiu ainda em [comunicado](#) que «na adoção de medidas de conservação e gestão tomadas pelas organizações regionais de gestão das pescas, a União Europeia deve assegurar que as medidas adotadas estão em conformidade com os objetivos ambiciosos estabelecidos na sua Política Comum das Pescas (...) a deputada considera mesmo "que para garantir impactos mínimos nos habitats, recursos e espécies, a Política Comum das Pescas deve ser aplicada em todas as frotas da União independentemente da sua área geográfica de atuação."».

Pesca: fim da pesca de fundo em ecossistemas de profundidade protegidos nas águas da UE

Em conformidade com a sua ambição de proteger a natureza e restaurar a biodiversidade, tal como estabelecido no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de Biodiversidade, a Comissão [adotou](#) medidas para vedar 87 zonas sensíveis a todas as artes de pesca de fundo nas águas da UE do Atlântico Nordeste. Com base no regulamento sobre o acesso às águas profundas e no parecer dos cientistas do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM), o novo regulamento protege 57 ecossistemas de profundidade vulneráveis, enquanto visa minimizar a perturbação das atividades de pesca.



Saúde

Tribunal de Contas Europeu aponta lições a retirar da aquisição de vacinas contra a COVID-19

A União Europeia [conseguiu](#) criar uma carteira de possíveis vacinas contra a COVID-19, que foi diversificada no início, e adquirir doses suficientes, estabelecendo um sistema centralizado e adaptado à aquisição de vacinas. No entanto, começou a comprá-las mais tarde do que o Reino Unido e os EUA. Além disso, a maioria dos contratos celebrados pela Comissão Europeia não continha cláusulas específicas para resolver as graves falhas de abastecimento que ocorreram no primeiro semestre de 2021. Por fim, a avaliação do desempenho do processo de aquisição foi incompleta. Estas são as conclusões de um relatório especial que o Tribunal de Contas Europeu (TCE) publicou. O TCE salienta também que a Comissão ainda não fez uma análise ou uma avaliação comparativa desse processo de forma a retirar lições para o futuro, nem planeia submeter o seu sistema de aquisição em caso de pandemias a testes de esforço ou simulações.

Quando a UE deu início ao processo de compra de vacinas, em meados de 2020, não se sabia se ou quando chegaria ao mercado uma vacina contra a COVID-19. Como teve de agir antes de existirem dados científicos claros sobre a segurança e a eficácia das candidatas a vacinas, optou por apoiar várias para que a sua carteira inicial fosse diversificada em termos de tecnologias e fabricantes. Até novembro de 2021, a Comissão celebrou contratos no valor de 71 mil milhões de euros, em nome dos Estados-Membros, para comprar até 4,6 mil milhões de doses de vacinas. A maioria destes contratos são acordos prévios de aquisição, em que a Comissão partilha o risco de desenvolvimento de uma vacina com os fabricantes e apoia a preparação da capacidade de produção em grande escala, pagando-lhes adiantamentos a partir do orçamento da UE.

Comissão Europeia e a Organização Mundial Saúde reforçam esforços conjuntos na prevenção e no combate à *monkeypox*

Por ocasião da 72.ª sessão do Comité Regional para a Europa da OMS, a comissária Europeia da Saúde e da Segurança dos Alimentos, Stella Kyriakides, e o diretor regional da OMS para a Europa, o Dr. Hans Kluge, reafirmaram o empenho em continuar a desenvolver esforços conjuntos para evitar que a *monkeypox* se venha a tornar endémica na Europa. Poderá ser consultada [aqui](#) a declaração conjunta da Comissão Europeia e do Diretor Regional da OMS para a Europa.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

COVID-19: A Equipa Europa disponibilizou 47,7 mil milhões de euros para ajudar os seus parceiros a fazer face à pandemia e às suas consequências

Desde o princípio da pandemia de COVID-19 no início de 2020, a UE, os Estados-Membros da UE e as instituições financeiras europeias, na sua qualidade de Equipa Europa, [disponibilizaram](#) 47,7 mil milhões de euros para ajudar os países parceiros na luta contra a pandemia e as suas consequências, tendo cumprido as suas promessas com resultados concretos. Este montante excede largamente o pacote inicial de apoio da Equipa Europa de 20 mil milhões de euros, prometido na primavera de 2020, e que aumentou agora para 53,7 mil milhões de euros.

A resposta da Equipa Europa à COVID-19 apoia mais de 140 países. Do pacote global de 53,7 mil milhões de EUR da Equipa Europa mobilizado até à data, foram desembolsados 47,7 mil milhões de EUR até 31 de dezembro de 2021. A Equipa Europa desembolsou 88,8 % dos 53,7 mil milhões de euros autorizados até ao final de 2021. Em abril de 2021, os desembolsos atingiram 34 mil milhões de euros, e no final de 2021 ascenderam a 47,7 mil milhões de euros (+13,7 mil milhões de euros).

O pacote «Equipa Europa» foi lançado a 8 de abril de 2020 com o objetivo de apoiar os países parceiros da UE na luta contra a pandemia de COVID-19 e suas consequências. O apoio financeiro inicialmente previsto ascendia a cerca de 20 mil milhões de euros e combinava recursos provenientes da UE, dos seus Estados-Membros e de instituições financeiras, em particular do Banco Europeu de Investimento e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. As autorizações financeiras duplicaram para 40,5 mil milhões de euros em janeiro de 2021. Em abril de 2021 tinham aumentado para 46 mil milhões de euros, tendo chegado aos 53,7 mil milhões de euros no final de 2021.

Parlamento aprova empréstimo de 5 mil milhões de euros à Ucrânia

Na quinta-feira, os eurodeputados [deram](#) luz verde a um empréstimo macrofinanceiro de 5 mil milhões de euros para ajudar a Ucrânia a cobrir as suas necessidades urgentes de financiamento causadas pela guerra. Esta é a segunda e maior parcela do pacote de apoio da UE de 9 mil milhões de euros, dos quais mil milhões de euros já foram pagos. A Comissão está a conceder o empréstimo ao governo de Kiev em condições muito favoráveis.

As necessidades de financiamento externo da Ucrânia aumentaram rapidamente como resultado da invasão russa. Para além dos extensos danos nas estradas, pontes, fábricas, casas, hospitais e outras infraestruturas, o país também perdeu o acesso aos mercados financeiros internacionais. Após promessas de apoio financeiro bilateral e multilateral, mantém-se um défice de 10 mil milhões de dólares (9,8 mil milhões de euros), de acordo com o FMI. O desembolso de uma parte substancial do saldo em dívida do empréstimo excecional proporcionará um alívio significativo à Ucrânia e cobrirá parcialmente este défice", de acordo com a proposta aprovada pelos eurodeputados. O empréstimo da UE também contribuirá para a "sustentabilidade da dívida pública da Ucrânia e para a sua capacidade de eventualmente pagar as suas obrigações financeiras", de acordo com o texto.

Eurodeputados instam os países da UE a estreitarem os laços com Taiwan

Numa resolução [aprovada](#) na quinta-feira, os eurodeputados denunciam os recentes e sem precedentes exercícios militares em direto da China no Estreito de Taiwan, que tiveram início em agosto de 2022, na sequência de uma visita a Taiwan da presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi.

Também exigem que o governo chinês se abstenha de quaisquer medidas que possam desestabilizar o Estreito da Formosa e a segurança regional. Os eurodeputados aprovaram o texto 424 votos a favor, 14 contra e 46 abstenções. Tomando nota do estatuto de Taiwan como parceiro da UE com o mesmo espírito, da sua posição comercial estratégica, e do papel de liderança do país na cadeia de fornecimento global de setores-chave de alta tecnologia, incluindo para os semicondutores, o Parlamento apela à UE para reforçar as suas relações com a ilha democraticamente governada.

A resolução saúda os planos recentemente anunciados da Lituânia de abrir um gabinete de representação comercial em Taipé no outono de 2022. Os países da UE que ainda não possuem um gabinete comercial em Taiwan deveriam, dizem os eurodeputados, seguir o exemplo da Lituânia e reforçar as suas relações bilaterais com Taiwan. Os eurodeputados repetem o seu pedido para que a Comissão Europeia lance, sem demora, uma avaliação de impacto, consulta pública e exercício de delimitação de âmbito sobre um Acordo Bilateral de Investimento com as autoridades de Taiwan.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Estado da União: novas regras da UE para uma maior segurança dos produtos de software e dos equipamentos informáticos

A Comissão [apresentou](#) uma proposta para um novo ato legislativo sobre a ciber-resiliência a fim de proteger os consumidores e as empresas de produtos que não disponham de características de segurança adequadas. Trata-se da primeira legislação deste tipo a ser adotada a nível da UE, que introduz requisitos obrigatórios em matéria de cibersegurança para os produtos com elementos digitais, ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Este ato legislativo, anunciado pela presidente Ursula von der Leyen em setembro de 2021 no [seu discurso sobre o estado da União](#), e que tem por base a [Estratégia de Cibersegurança da UE](#) e a [Estratégia para a União da Segurança](#) garantirá que os produtos digitais, por cabo ou por onda, sejam mais seguros para os consumidores de toda a UE. Para além de aumentar a responsabilidade dos fabricantes, obrigando-os a prestar assistência a nível de segurança e a atualizar o seu software para fazer face às vulnerabilidades detetadas, permitirá aos consumidores dispor de informações suficientes sobre a cibersegurança dos produtos que compram e utilizam.

Cada 11 minutos uma organização é vítima de ataques de software de sequestro e calcula-se que, em 2021, o custo anual da cibercriminalidade no mundo inteiro tenha atingido os 5,5 mil milhões de euros (Relatório do Centro Comum de Investigação de 2020 intitulado «[Cybersecurity – Our Digital Anchor, a European perspective](#)»). Importa pois, mais do que nunca, garantir um elevado nível de cibersegurança e fazer com que os produtos digitais, que constituem um dos principais vetores destes

ataques, sejam mais seguros. À medida que o número de produtos inteligentes e conectados vai aumentando, os incidentes de cibersegurança a nível de um produto tornam-se mais suscetíveis de ter repercussões sobre toda a cadeia de abastecimento, podendo perturbar gravemente as atividades económicas e sociais no mercado interno e pôr em risco a segurança ou mesmo a vida das pessoas.

Conselho e Parlamento assinam Regulamento Mercados Digitais

Mikuláš Bek, ministro checo dos Assuntos Europeus, e Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, [assinaram](#) o Regulamento Mercados Digitais. O Regulamento Mercados Digitais proposto tem o objetivo de assegurar um setor digital competitivo e equitativo, com vista a promover a inovação, produtos e serviços digitais de elevada qualidade, preços justos e uma elevada qualidade e capacidade de escolha no setor digital.

A proposta visa as plataformas em linha de grande dimensão, os chamados "controladores de acesso", que controlam os serviços essenciais de plataforma, como por exemplo mercados, lojas de aplicações, motores de pesquisa em linha e redes sociais. O pacote sobre os serviços digitais foi criado pela UE para dar resposta à necessidade de regulamentar o espaço digital. Define medidas para proteger os utilizadores em linha e, simultaneamente, apoiar a inovação.



Turismo

Açores selecionados pela Comissão Europeia no âmbito da estratégia europeia para o Turismo - *Tourism Transition Pathway*

A Região Autónoma dos Açores foi um dos destinos [convidados](#) pela Comissão Europeia, através da DG GROW (Direção-Geral para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME), para apresentar, como exemplo de referência, no evento "Together for EU Tourism stakeholders meeting", o trabalho realizado e os compromissos assumidos no âmbito do *Tourism Transition Pathway*.

Os Açores, representados pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, através da Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico (Açores DMO), integraram um lote restrito de seis entidades de turismo da União Europeia, selecionadas de entre 112 organizações incluídas na lista de participação no evento, para apresentar publicamente os seus compromissos individuais e coletivos, tendo em vista o sucesso da transição do turismo até 2030.

O envolvimento ativo e empenhado da Região em várias áreas do *Tourism Transition Pathway* foi exposto aos participantes, demonstrando a dinâmica de liderança dos Açores na prossecução de um verdadeiro turismo sustentável e o respetivo efeito no âmbito da certificação dos Açores como "Destino Sustentável".

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2022 e 2023.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades

de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!